Para além de Poder e Solidariedade: Uma retrospectiva sobre formas de tratamento em Portugal (1982-2002)

Sandi Michele de Oliveira
Universidade de Copenhaga
smo@hum.ku.dk

Parece ser consensual em Portugal que o tratamento entre as pessoas se resume por duas expressões: **«tu cá, tu lá»** e **«já ninguém tem respeito pelo outro».** Para além de essas duas afirmações sintetizarem as ideias dos leigos na matéria, parecem as mesmas harmonizarem-se com as conclusões de Brown & Gilman, nomeadamente que no século XX as tendências apontavam para uma crescente preferência por formas que reflectiam Solidariedade, em detrimento de outras que privilegiavam Poder.[1]

Pretendemos examinar dados sobre formas de tratamento em português recolhidos na área urbana de Évora ao longo de duas décadas, e é pertinente mencionar a nossa presença no lugar de estudo durante quase a metade do período em apreço. Focaremos dois tipos de informações provenientes de inquéritos distribuídos. Iremos considerar a importância relativa atribuída a 10 factores subjacentes à selecção de formas de tratamento apropriadas; e seguidamente, a importância atribuída às formas em si. Veremos que os resultados, à primeira vista, parecem contraditórios. Na procura de explicações para estes resultados, reavaliaremos o modelo de Poder e Solidariedade, considerando se é apropriado propor uma reconceptualização destes dois eixos para explicar os padrões de tratamento encontrados em Portugal.

O objectivo inicial do estudo foi a descrição do processo de selecção de formas de tratamento, processo tal visto como um sistema lógico, embora não completamente previsível. Para entender as decisões cognitivas vigentes, era necessário delinear os factores considerados importantes pelos interlocutores na selecção e interpretação das formas. Nas entrevistas precedentes à elaboração do inquérito, os próprios informantes mencionaram 10 factores, que subsequentemente foram incluídos nos inquéritos: o **Respeito** que se tem pelo outro, a **Intimidade,** o grau de **Cerimónia** da situação, o **Hábito** de tratar alguém duma certa maneira, a posição de **Superioridade** do outro, a posição de **Inferioridade** do outro, a posição de **Igualdade** dos dois, o desejo de **Afastar** o outro, a importância do que é **Chic** e a

importância da **Solidariedade** para com o outro. No inquérito solicitamos a consideração individual da importância de cada factor, seguida de uma ordenação dos dez.

São comparados dois grupos de informantes: alunos universitários e a população geral. A decisão de analisar os resultados desta forma deve-se ao facto de termos tido acesso ao longo do estudo a um número elevado de alunos universitários. Por outro lado, as análises revelam algumas diferenças relativamente à população geral da mesma época, ainda que limitando os informantes das duas categorias aos naturais do Distrito de Évora.

A importância de cada factor resulta da análise da percentagem de informantes que o indicou como o "mais importante". Se o peso relativo dos dez fosse igual, cada factor seria escolhido como "o mais importante" por 10% dos informantes. Assim, valores acima dos 10% representam tendências mais favoráveis à selecção do factor.

No primeiro quadro apresentam-se as análises referentes ao factor "mais importante" nos dois grupos de informantes em dois momentos separados por vinte anos. Informamos que os resultados nestes dois grupos demográficos são interessantes por razões diferentes. No caso dos alunos universitários de 1982, sobressai o facto de Intimidade e Igualdade, os únicos factores escolhidos por mais de 10% dos inqueridos, corresponderem a apenas 38% deles. Consequentemente, é importante referir 40% das respostas adicionais, repartidas por cinco factores, o que revela grande diversidade na atribuição da importância dos mesmos. Em 2002, por outro lado, os dois factores seleccionados por mais de 10% dos informantes (agora Respeito e Intimidade) corespondem a 79% de todos os informantes do seu grupo demográfico.

Para o grupo de informantes da população geral, grupo exclusivo de alunos universitários, verificamos que, tanto em 1982 como em 2002, são três os factores seleccionados segundo os nossos critérios. Em 1982 esses factores correspondem a 95% dos inqueridos, enquanto que em 2002 representam 88%, diferença que não nos parece significativa. No entanto, é interessante notarmos que enquanto Cerimónia se situava na terceira posição em 1982, a Solidariedade vem ocupá-la em 2002. Retomaremos este aspecto mais tarde.

Quadro 1

"O factor mais importante"
(em percentagem dos informantes)
1982 vs. 2002

1982 N=56		**2002** N=176	
Alunos Universitários	**População Geral**	**Alunos Universitários**	**População Geral**
Intimidade 23%	**Respeito 50%**	**Respeito 65%**	**Respeito 44%**
Igualdade 15%	**Intimidade 28%**	**Intimidade 14%**	**Intimidade 33%**
[Hábito 8%]	**Cerimónia 17%**		**Solidariedade 11%**
["Chic" 8%]			
[Pos. Superior 8%]			
[Respeito 8%]			
[Solidariedade 8%]			

Antes de considerarmos o significado destes resultados, apreciaremos a importância atribuída às formas de tratamento em si. Aos informantes tinham sido entregues duas listas de formas (27 para se dirigirem a pessoas do sexo masculino e 29 para o sexo feminino) para apreciação numa escala de muita, pouca ou nenhuma importância. Estarão em foco aqui apenas as formas avaliadas como "muito importantes" por um mínimo de 50% dos informantes. Será evidente que, segundo os critérios que estabelecemos, o número de formas consideradas "muito importantes" é superior em 2002 relativamente a 1982. Ainda mais notável é o número de formas citadas por mais de 75% dos informantes, marcadas nos quadros em células acinzentadas.

O Quadro 2 apresenta os resultados diacrónicos dos alunos universitários, onde constatamos que em 1982 estes informantes indicaram apenas três formas para se dirigirem a pessoas do sexo masculino e quatro para se dirigirem a pessoas do sexo feminino. Observamos que estas três formas privilegiam relações de proximidade, sendo apenas uma forma indicada por mais de três-quartos dos informantes (i.e., **tu**, quando usado para se dirigirem a pessoas do sexo feminino). Em comparação, são seis as formas consideradas importantes em 2002 para se dirigirem a homens (quatro das quais citadas por mais de 75% dos informantes). No caso das formas para se dirigirem a senhoras, são cinco, quatro das quais em células acinzentadas.

Quadro 2

Formas classificadas como "Muito Importante" por mais de 50% dos Informantes (ALUNOS UNIVERSITÁRIOS) 1982 vs. 2002

O fundo cinzento realça as formas indicadas por mais de 75% dos informantes
FN = First Name (1º nome), LN = Last Name (apelido)

Formas para se dirigir a pessoas do Sexo Masculino		Formas para se dirigir a pessoas do Sexo Feminino	
1982	**2002**	**1982**	**2002**
FN	Parentesco	Tu	FN
Tu	FN	Parentesco	Parentesco
Parentesco	Tu	FN	Tu
	Prof.	Dona + FN	Prof.ª
	Sr. + FN		Dona + FN
	Sr. + LN		

Relativamente à população geral, não nos é possível comparar 1982 com 2002, devido a uma decisão por nós tomada em 1982 de omitir estas perguntas dessa versão do inquérito. Podemos, no entanto, recorrer aos dados obtidos em 1993 e fazer assim uma comparação diacrónica, embora de um intervalo menor, no Quadro 3.

Quadro 3

Formas classificadas como "Muito Importante" por mais de 50% dos Informantes (POPULAÇÃO GERAL) 1993 vs. 2002

O fundo cinzento realça as formas indicadas por mais de 75% dos informantes
FN = First Name (1º nome), LN = Last Name (apelido)

Formas para se dirigir a pessoas do Sexo Masculino		Formas para se dirigir a pessoas do Sexo Feminino	
1993	**2002**	**1993**	**2002**
Parentesco	Tu	Parentesco	FN
FN	FN	FN	Parentesco
Tu	Parentesco	Tu	Tu
Sr. + LN	Sr. + FN		Dona + FN
	Sr. + LN		Prof.ª
	Prof.		Dr.ª + FN
	Sr.		Prof.ª + FN
	Vizinho		

Neste grupo também as diferenças parecem significativas. Em 1993 quatro formas para o sexo masculino e três para o sexo feminino preenchem os nossos critérios; em 2002

são oito e sete formas, respectivamente. Indicadas por mais de 75% dos informantes são duas das oito formas para se dirigirem aos homens, e quatro das sete para se dirigirem a senhoras.

Como ajuizar estes resultados relativamente ao modelo de Poder e Solidariedade? As análises sobre a importância relativa dos factores sugerem que os informantes escolhem formas de tratamento baseadas na sua relação afectiva para com o outro (Respeito e Intimidade), e não em diferenças "objectivas" de Poder na definição de Brown & Gilman. Estes resultados parecem apontar para a extinção do eixo de Poder. No entanto, esta interpretação parece-nos ser superficial e incompleta. Pensamos alternativamente que a explicação se encontra na existência de dois planos de interacção e num mecanismo que põe em relevo primeiro um, depois o outro. Um dos planos rege-se pelas normas sociais (no qual os falantes seleccionam formas de acordo com a posição social, profissional ou administrativa do outro interlocutor). O outro plano é governado pelo tratamento negociado entre os dois falantes, oferecendo-lhes a possibilidade de construir identidades (e daí padrões de tratamento) conforme os seus desejos comunicativos.

Examinámos em outros momentos[2] os processos através dos quais os falantes negoceiam entre si padrões de tratamento. Não é possível examinar aqui esses processos, mas as análises diacrónicas têm servido como catalisador para esclarecer a relação entre estes dois planos. Quando as pessoas são desconhecidas entre si, utilizam formas de tratamento socialmente convencionadas. No caso de adultos, esse tratamento requer normalmente uma forma de tratamento que exige a conjugação do verbo na terceira pessoa do singular (uma "Forma **V"**), e que tampouco costuma ser apenas o nome da pessoa (FN ou LN). Como se comprova no quadro, o padrão entre os dois pode ser do mesmo nível V ou de níveis diferentes. Ou seja, para além do tradicional contraste entre **T** e **V**, existe ainda em português uma hierarquia de formas **V.**

O quadro 4 apresenta quatro categorias de formas socialmente convencionadas: títulos sociais, académicos, profissionais e administrativos, ordenados conforme a sua primazia, ou seja, todas as pessoas merecem um título social, mas nem todas possuem um grau académico. Menor ainda é o número de pessoas com títulos profissionais ou administrativos. Geralmente, as convenções sociais exigem o emprego do título de categoria mais alta. Por exemplo, no caso de um director de banco, empregar-se-á o tratamento **Sr. Director**, não **Sr. Dr.** (reflectindo o grau académico) nem simplesmente **Sr.** (o seu título

social). A escolha do tratamento de **Dona + FN**, especialmente no âmbito profissional, é interpretada como não existência de qualquer grau académico ou outro título.

Quadro 4

O tratamento socialmente convencionado (Formas "V")

Recíproco (entre interlocutores com títulos da mesma categoria)
Não-Recíproco (entre interlocutores com títulos de categorias diferentes)

FN = First Name (1º nome)
LN = Last Name (apelido)

Interlocutor A		Interlocutor B	
Títulos administrativos	sr.(ª) presidente sr.(ª) ministro(-a) sr.(ª) director(a) chefe	sr.(ª) presidente sr.(ª) ministro(-a) sr.(ª) director(a) chefe	**Títulos administrativos**
Títulos profissionais	mestre (ofícios) sr. padre	mestre (ofícios) sr. padre	**Títulos profissionais**
Títulos académicos	doutor(a) sr.(ª) dr.(ª) professor prof.(ª) doutor(a) sr.(ª) arquitecto(-a) +LN (com o sexo masc.) +FN (com ambos os sexos)	doutor(a) sr.(ª) dr.(ª) professor prof.(ª) doutor(a) sr.(ª) arquitecto(-a) +LN (com o sexo masc.) +FN (com ambos os sexos)	**Títulos académicos**
Títulos sociais	sr.(ª) + FN dona + FN sr.ª dona + FN sr. + LN	sr.(ª) + FN dona + FN sr.ª dona + FN sr. + LN	**Títulos sociais**

O padrão de tratamento estabelecido no primeiro contacto é socialmente convencionado, e pode ser representado pelo Quadro 5:

Quadro 5

Etapa 1 – O padrão socialmente convencionado

FORMAS DE TRATAMENTO

SOCIALMENTE

CONVENCIONADAS

- **Tratamento recíproco ou não-recíproco**
- **Utilização de Formas T & V**

Cada contacto interpessoal é um momento de negociação, no qual as pessoas decidem manter o padrão usado, ou negociar outras formas que reflictam a relação que os falantes procuram estabelecer. No Quadro 6 apresenta-se o padrão negociado, em que as formas podem ser **T** ou **V**, e o padrão em si pode ser idêntico ao padrão convencionado, a diferença sendo que o padrão expressa a vontade dos informantes e não simplesmente as convenções socialmente determinadas.

Quadro 6

Etapa 2 – Negociação de um padrão de tratamento

FORMAS DE TRATAMENTO

NEGOCIADAS PELOS

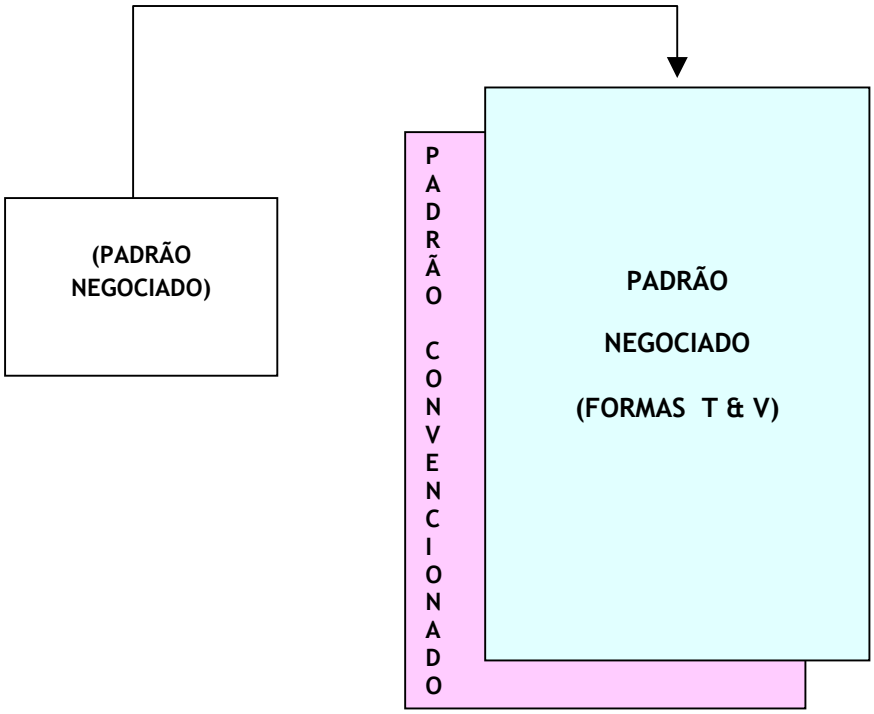
INTERLOCUTORES

- **Tratamento recíproco ou não-recíproco**
- **Utilização de Formas T & V**
- **As formas V podem ser idênticas àquelas do Padrão Convencionado**

A negociação de um padrão de tratamento implica remeter o padrão socialmente convencionado para o segundo plano. O Quadro 7 oferece uma apresentação deste processo:

Quadro 7

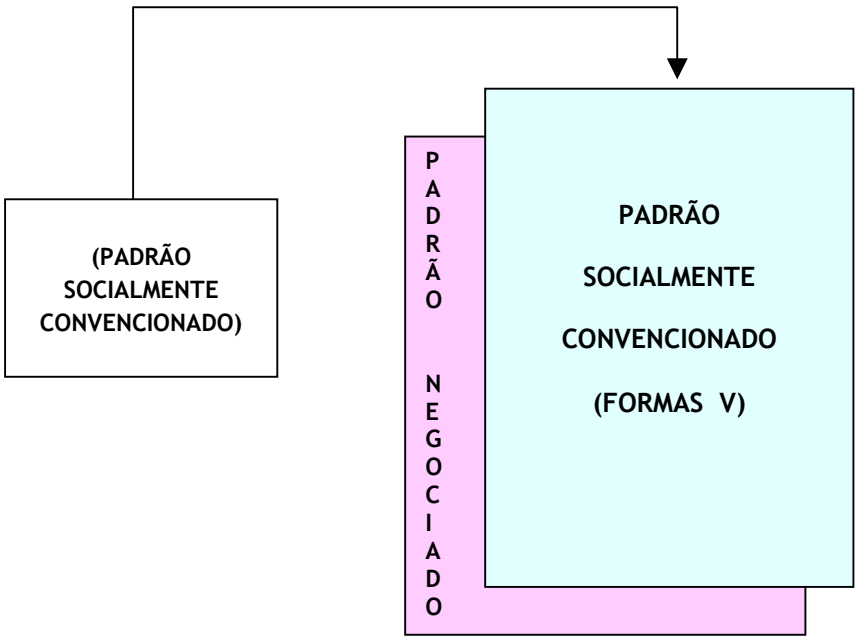
A sobreposição pelo padrão negociado



Assim, o padrão negociado passa a ser normativo para os interlocutores, sobrepondo-se ao padrão convencionado. Contudo, haverá momentos nos quais a presença de terceiros (particularmente em circunstâncias de cerimónia) motiva o emprego das formas de tratamento socialmente convencionadas. Nestas circunstâncias, o padrão de tratamento socialmente convencionado sobrepõe-se ao padrão negociado, processo representado pelo Quadro 8:

Quadro 8

A sobreposição pelo padrão socialmente convencionado



Terminadas as exigências do uso do padrão convencional, os informantes revertem ao seu padrão negociado.

Como é que os resultados se harmonizam com as expressões **«tu cá, tu lá»** e **«Já ninguém tem respeito pelo outro»,** utilizadas pelos portugueses em geral? **«Tú cá, tu lá»** implica a generalização do tratamento por **tu**, tendo vindo a substituir as "Formas V". Como ficou evidente nas nossas análises, a forma **tu** figura na lista das formas mais importantes, mas não é a única, e raramente é utilizada como forma de tratamento entre adultos desconhecidos. **«Já ninguém tem respeito pelo outro»** parece indicar que o Respeito não será motivo de grande importância na selecção de formas de tratamento, o que contradiz os nossos resultados. A expressão é, de facto, curiosa, porque quando se inverte a pergunta (e.g., Quando trata alguém por **tu,** está a demonstrar uma falta de respeito?"), as pessoas confirmam que o uso de **tu** não implica necessariamente qualquer falta de respeito para com o outro.

Haverá uma explicação para esta aparente divergência entre o sentimento geral das pessoas e as respostas dos informantes? As nossas observações em Portugal levam-nos a

concluir que a percepção por parte das pessoas de ouvirem o **tu** com maior frequência resulta de três factores. Como primeiro factor, os informantes apontam duas categorias de relações que levam a um tratamento por **tu**: membros da família e pessoas com quem andam ou andaram na escola, e esta afirmação não se tem alterado durante o período em estudo. Contudo, em 1982 apenas 3,6% da população acabava os estudos secundários e 2,6% um curso superior. Hoje a situação está radicalmente alterada, como consta dos dados do Instituto Nacional de Estatística: em 2001 15,4% da população atingiu o ensino secundário e 10,6% um curso superior.[3] Evidentemente, o resultado natural é o acréscimo no número de colegas de escola e por conseguinte, o alargamento do grupo de pessoas tratadas por **tu**.

A segunda explicação encontra-se na existência dos dois planos de interacção. Como já referimos, durante os últimos vinte anos os próprios informantes deixaram de atribuir à Cerimónia a mesma importância que tinham atribuído anteriormente. Em 1982 a presença de terceiros exercia maior influência nos falantes, que às vezes alteravam o tratamento negociado para padrões convencionais para esconder ou disfarçar um relacionamento mais íntimo do que seria previsto pela diferença do seu estatuto social. Mais recentemente as nossas observações têm vindo a confirmar que o número de situações a "exigir" o tratamento convencional é menor, daí que as outras pessoas ("os terceiros") assistem ao uso de **tu** com maior frequência.

A terceira explicação relaciona-se com a comunicação social, especificamente a televisão. Hoje é mais comum os interlocutores tratarem os colegas e alguns convidados por **tu** do que anteriormente e, conforme as estatísticas, a percentagem de casas com aparelho televisivo aproxima-se dos 100%**.**[4] No contexto histórico é importante relembrar que a censura da comunicação social existia em Portugal até 1974, e o número de famílias que possuiam aparelhos de televisão era ainda muito baixo no início dos anos 80.

Conclusões

Analisados os resultados, constatamos que nas últimas duas décadas as pessoas têm vindo a atribuir grande valor a um número maior de formas, mas o processo deliberativo tem-se reduzido à consideração de dois factores afectivos (o grau de respeito ou intimidade que se sente para com o outro). É-nos possível conciliar estes resultados, bem como as conjecturas das pessoas (manifestas nas expressões **«tu cá, tu lá»** e **«já ninguém tem respeito pelo**

outro») através da apresentação de um mecanismo comunicativo que permite a sobreposição do plano socialmente convencionado ao plano negociado.

As conclusões a tirar sobre a "Semântica de Poder e Solidariedade" são ainda provisórias. Somos de opinião que o eixo de Poder não foi substituído pelo eixo de Solidariedade, senão que os dois aspectos fazem parte da comunicação em geral, sendo Poder mais saliente no tratamento socialmente convencionado e Solidariedade mais proeminente nos padrões de tratamento negociado. Uma das diferenças principais parece envolver a interpretação do padrão de tratamento, que no plano socialmente convencionado reflecte a caracterização feita pela sociedade (i.e., por terceiros), e contrasta com o plano negociado, no qual são os falantes a interpretarem o seu relacionamento, independentemente de terceiros. Entre os próximos passos desta investigação será a análise e descrição mais completa das situações nas quais os falantes põem de lado os padrões de tratamento negociados entre si, a favor de outros representativos das normas convencionadas.

Lembramos, contudo, que uma discussão dos eixos de Poder e Solidariedade poderá implicar a aceitação do modelo. No fim dos anos 50, quando Brown & Gilman desenvolviam as suas ideias, não fazia ainda parte do discurso sociológico a possibilidade de uma pessoa construir a sua identidade, incluíndo classe social, através do seu comportamento, e a Sociolinguística como área de estudo ainda não existia. Na altura, o emprego de uma ou outra forma de tratamento era interpretado como reflexão de uma relação estática entre os dois falantes.

Da nossa parte, continuaremos a reflectir sobre a melhor maneira de representar a complexidade dos mecanismos comunicativos envolvidos no tratamento entre as pessoas de forma a propor uma revisão do modelo, ou um modelo alternativo, que tenha em conta a mudança do paradigma essencialista para o paradigma construtivista de identidade.

Referências

Brown, Roger W. & Albert Gilman. The pronouns of power and solidarity [1960]. In *Language and Social Context,* Pier Paolo Giglioli, ed. New York: Penguin Books (1970), pp. 252-282.

Instituto Nacional de Estatística. "Actualidades do INE: Mais de um Milhão de portugueses atingem o Ensino Superior", **http://alea-estp.ine.pt/html/actual/html/_act27.html**. (15 Feb. 2003)

Instituto Nacional de Estatística. "Número de famílias que dispõem de aparelhos de televisão, por região, segundo o número de televisores existentes na família (1999). **http://www.ine.pt/prodserv/quadros/mostra_quadro.asp.** (15 Feb. 2003)

Oliveira, Sandi Michele de. Um modelo psico-sociolinguístico de formas de tratamento. *Actas do VIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Outubro 1991, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1992.

Oliveira Medeiros, Sandi Michele de. *A Model of Address Form Negotiation: A Sociolinguistic Study of Continental Portuguese*. Ph.D. diss., University of Texas at Austin, 1985.

_____. "Winning Friends and Influencing People Abroad: Using Native Speakers' Communicative Strategies," *Intercultural Communication Studies* IV:1 (1994), pp. 23-44.

Spencer-Oatey, Helen. "Reconsidering power and distance," *Journal of Pragmatics* 26 (1996), 1-24.

[1] R. Brown & A. Gilman: The pronouns of power and solidarity, Giglioli, 1979, p. 280.
[2] Cf. Oliveira: 1985, 1992, 1994.
[3] Instituto Nacional de Estatística: Actualidades do INE: Mais de um milhão de portugueses atingem o ensino superior, 2003.
[4] Instituto Nacional de Estatística: Número de famílias que dispõem de aparelhos de televisão, por região, segundo o número de televisores existentes na família (1999), 2003.